



Anais da Assembléia

N.º 76

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO SOLENE ALUSIVA À

SEMANA DA CRIANÇA EXCEPCIONAL

REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1984.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Francisco Escorsin.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pêricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setoguette e Wilson Fortes, e demais autoridades.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO SOLENE.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Para acompanhar Sua Excelência, o Senhor Deputado Euclides Scalco- Chefe da Casa Civil- e representante de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado até este recinto, designo uma Comissão integrada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Odeni Mongrue.

Suspendo a Sessão por alguns instantes até a chegada de Sua Excelência. (É suspensão a sessão).

Está reaberta a Sessão. Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Senhor Deputado Euclides Scalco - Chefe da Casa Civil do Governo e representante de Sua Excelência o Se-

nhor José Richa- Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Ariovaldo Kuntze- Presidente da APAE- Curitiba e representante das entidades mantenedoras de programas para excepcionais; Excelentíssimo Senhor Edison Correia Camargo- Superintendente da Legião Brasileira de Assistência; Excelentíssimo Senhor Mário Celso Cunha- representante de Sua Excelência Senhor Prefeito Maurício Fruet; Excelentíssimo Senhor Professor Faustino Fávoro- representante de Sua Excelência o Senhor Professor Alcy Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor Chaim Israel Jugend, - Vice-Presidente da Federação Nacional das APAEs; Excelentíssimo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Francisco Escorsin, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Presidência convida os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Senhor Ariovaldo Kuntze, Presidente da APAE- Curitiba e representante das entidades mantenedoras de programas para excepcionais.

O SR. ARIOVALDO KUNTZE - Excelentíssimo Senhor Deputado Trajano Bastos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Deputado Euclides Scalco, mui digno Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, demais autoridades componentes desta Mesa, Autoridades, Senhores e Senhoras. (Lê):

"Vivemos em uma sociedade que impõe os seus padrões de normalidade. assim para nós dirigentes de entidades filantrópicas, voltadas ao ensino especial, para nós pais de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, para os excepcionais e para todos que, de forma mais direta, convivemos com este tipo de problema, sentir a preocupação de nosso Poder Legislativo para com os excepcionais, significa um marco de conquista e esperança. De conquista, por sentirmos abrirem-se as primeiras portas aos deficientes.

De esperança, pela honestidade e solidariedade com que os problemas iniciam a ser tratados.

Até bem pouco tempo, o problema parecia sem solução e a existência do excep-

cional despertava apenas piedade e caridade.

Do esforço conjunto de excepcionais com os dos movimentos dos pais, de comunidades e de autoridades, mostrou-se que o deficiente não é um peso morto para a sociedade.

Sua grande maioria, pode se transformar em elemento ativo e plenamente integrado à força produtiva de uma nação.

Basta que, para isso, sejam-lhes dadas oportunidades.

A oportunidade de pelo menos ter os mesmos direitos que seu semelhante dito normal.

Uma igualdade que para nós, sabemos, ficará aquém da justiça. Porque não se pode dar direitos iguais a pessoas desiguais. O mais fraco continuará sendo oprimido.

Mas, no aspecto de legislação, já atingimos um bom avanço. Tanto que no Brasil já existe uma multiplicidade de decretos-leis, decretos, portarias, resoluções e instruções em favor do excepcional.

Contudo, esse continua sendo nosso maior problema. Esse complexo normativo continua sendo letra morta.

Por ignorância ou por comodidade, não são do conhecimento da grande maioria dos que deveriam colocá-las em prática.

Dai a necessidade de continuarmos a reivindicar, embora essas necessidades já tenham sido satisfeitas por lei.

A própria Constituição preceitua que "a educação dos deficientes é obrigatória e gratuita".

Todos temos consciência que 10% da população, nacional ou estadual, sofre algum tipo de deficiência.

Temos consciência de que todos são iguais perante a Constituição. Resta agora, de forma concreta, dar a oportunidade de recuperação, educação, trabalho e lazer 97% dos 380 mil excepcionais de nosso Estado, para que eles possam assumir, por direito, um lugar no contexto social da comunidade".

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com satisfação, concedo a palavra ao Senhor Alberto Nogueira, que falará em nome dos excepcionais.

O SR. ALBERTO NOGUEIRA - Excelentíssimo Senhor Deputado Trajano Bastos, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Euclides Scalco, Chefe da Casa Civil do Governo e representante de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado José Richa.

Excelentíssimo Senhor Ariovaldo Kuntze, Presidente da APAE de Curitiba e representante das entidades mantenedoras

de programas para excepcionais.

Excelentíssimo Senhor Edison Camargo, Superintendente da Legião Brasileira de Assistência.

Excelentíssimo Senhor Mário Celso Cunha, representante de Sua Excelência o Senhor Maurício Fruet, Prefeito Municipal de Curitiba.

Excelentíssimo Senhor Professor Faustino Fávoro, representante de Sua Excelência o Senhor Alcy Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Chaim Israel Jungend, Vice-Presidente da Federação Nacional das APAEs.

Excelentíssimo Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, 1.º Secretário da Assembleia Legislativa do Paraná.

Excelentíssimo Senhor Deputado Francisco Escorsin, 2.º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Um grande sábio, de origem grega disse que iniciar alguma coisa é ter atingido a metade do caminho.

Povo politizado é aquele que tem oportunidade de participar ativamente das decisões, das realizações onde está inserido. É isso que vemos hoje, quando as portas desta Casa abrem-se para ouvir nossas entidades e os próprios deficientes.

Nestes dias, quando comemoramos a SEMANA NACIONAL DO EXCEPCIONAL, novamente nos aglutinamos, nos mobilizamos para, com maior ênfase dar sequência à conscientização da sociedade, não sobre as nossas necessidades ou para fazer reivindicações mas, sim, conscientizá-la da caótica situação de incompreensão, preconceitos e discriminações que nós, deficientes, vivemos.

Desde 1981, quando a ONU distinguiu esse como o ANO INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, iniciamos inúmeros movimentos no sentido de tentarmos ocupar o espaço que constitucionalmente de direito possuíamos, de cujos direitos ainda raramente desfrutamos, apesar da propagação mundial da Carta dos Direitos das Pessoas Deficientes.

Temos agido politicamente nas entidades, em torno de uma necessidade abrangente, por todos os recantos deste Brasil, com a criação da COALIZÃO NACIONAL DE ENTIDADES DE PESSOAS DEFICIENTES, buscando atingir independência, respeito, solidariedade, compreensão e repelir toda atitude de protecionismo, quando a própria sociedade teima em nos rotular de "coitadinhos".

Senhores Deputados, é preciso que os governantes e legisladores se aproximem dos deficientes, assim como também das entidades de deficientes como as APAEs, como

o fez o nobre Deputado Márcio Almeida e o Vereador Jorge Bernardi, quando da formalização de importantes projetos voltados aos interesses gerais dos deficientes.

Apelamos veemente para nos ajudarem na luta contra os segregacionistas, os oportunistas, os próprios industriais da deficiência e aqueles que tentam destruir todo trabalho de integração que perseguimos há muito tempo, como o infeliz articulista que escreveu a matéria que ora distribuímos a Vossas Excelências. Esse elemento, senhores, que escreveu o artigo em importante jornal da capital, felizmente para nós, não tem audiência, pois, caso contrário, até poderia, juntando-se aos demais insensatos, causar pânico, entre nossos próprios filhos e nossos companheiros deficientes.

Todos concitam para a paz, para o amor, para a fraternidade, para a união, enquanto um elemento que considero nocivo à sociedade, com um instrumento tão vigoroso nas mãos, como é o jornal e a empresa que o edita, viola os direitos humanos como metralhando sob a mira do terrorismo moral, tantos pequeninos que não pediram para nascer mas que, aqui, são aceitos e muito amados.

Senhores, é hora de se tomar uma posição; é hora Senhores, de rever os valores morais das nossas atitudes e repelir o mal com que nos procuram atingir.

Preocupamo-nos com aquelas famílias carentes que jogam ao fatalismo a doença dos seus filhos, não procurando e nem recebendo a necessária assistência; preocupamo-nos com o governante que abre as portas para, às vezes oferecer dinheiro sem dar a devida orientação técnica e social que tanto a entidade necessita; preocupamo-nos em repelir o assistencialismo patriarcal; preocupamo-nos com a alarmante falta de trabalho e educação; preocupamo-nos com a eliminação das barreiras arquitetônicas e das barreiras humanas; preocupamo-nos, e este é o problema crucial das APAES, com o transporte para deficientes; preocupamo-nos do porquê nossos legisladores criam inúmeros projetos de leis, muitos dos quais nem mesmo vão à discussão e são arquivados, quando não rejeitados, como vários, na Câmara dos Deputados; preocupamo-nos com as inúmeras leis existentes que foram votadas e aprovadas e não executadas até hoje: como exemplo, citamos a Emenda Constitucional n. 12 que nasceu em dezembro de 1980, e, antes mesmo de ser regulamentada, foi para a gaveta e de lá não saiu até hoje. Naquele tempo foi a maior conquista conseguida até então. Portanto, de que adiantou? Na Emenda 12 estavam assegurados os direitos ao trabalho, ao acesso, à saúde e à previdência, entre outros.

Este, Senhores, é apenas um dos exemplos.

Gostaria de deixar registrado votos de agradecimentos por tão gentil acolhimento nesta Casa, numa demonstração pública que comprova o interesse em tornar nosso povo, um povo verdadeiramente politizado.

Hoje, não viemos reivindicar, nem exigir, nem pedir e também não viemos denunciar. Viemos para demonstrar que estamos juntos, que nós deficientes estamos unidos e principalmente, que não estamos de BRACHOS CRUZADOS".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Para falar em nome do Poder Executivo, nesta solenidade, tenho a satisfação de passar a palavra a Sua Excelência, o Senhor Deputado Euclides Scalco, digníssimo Chefe da Casa Civil do Governo do Estado.

O SR. EUCLIDES SCALCO - Saúda as autoridades presentes.

Senhores Deputados, senhores participantes desta cerimônia, senhoras que vivem o drama dos excepcionais, não só em Curitiba, no Paraná, mas no País.

O Governo do Paraná se sente profundamente grato à Assembleia Legislativa, que através do Deputado Márcio Almeida, fez tramitar e aprovou projeto de lei que dá ao excepcional um tratamento diferente.

Os direitos humanos não decorrem da condição de raça, de postura política, de classe social, decorrem sim da condição humana que as pessoas têm e o excepcional que historicamente foi tido pela sociedade como uma pessoa digna de caridade não pode, não quer mais continuar nesta condição.

O excepcional onde todas as suas especificações, o excepcional da visão, o excepcional motor, o excepcional da fala, em fim todos os excepcionais querem ser participantes do processo de evolução da sociedade na qual vivem.

Quantos excepcionais na história da humanidade deram enormes contribuições para a evolução do gênero humano. Estamos numa casa política, e quantos são os excepcionais que atuam nos Parlamentos, com a mesma desenvoltura e com capacidade enorme de realização. No Congresso Nacional, temos alguns; e que são representantes da sociedade, com condições de contribuir de forma profunda, no processo político brasileiro. É preciso que a nossa sociedade não discrimine e não olhe os excepcionais, como aqueles que tem que receber a nossa piedade, não. E alguns projetos como esse do Deputado Márcio Almeida, como aquele do Deputado Talle Camargo, Emenda Constitucional, que dão condições a

que o excepcional se sinta e se realize na sociedade, como o ser humano que tem muito a dar para o desenvolvimento dessa sociedade, que precisa cada dia, encontrar novos caminhos, para a realização do homem, como ser humano. É importante esta cerimônia que a Assembléia Legislativa patrocina na data de hoje, quando se inicia a semana do excepcional, onde se discutirão os problemas que afligem a todos eles. É importante que neste dia e nestes dias que se seguem, todos os brasileiros e paranaenses, que participarão destes debates, não encarem o excepcional como tal. Porque o excepcional pode ser uma mente doentia e não um corpo imóvel; ou olhos que não enxergam; ouvidos que não ouçam. Excepcional é aquela pessoa que de mente doentia, não tem nada a dar para a sociedade, com a qual ela tem a obrigação de contribuir.

Então, nesta tarde em que se instalam estes trabalhos, é importante que nós tenhamos essa visão, de que o excepcional deve participar, ao mesmo nível, de todas as demais pessoas, porque ele tem muito a dar. Não será porque ele está numa cadeira de rodas, que a sua capacidade intelectual se diminui e não tenha condições de contribuir, para a discussão dos enormes problemas que a nossa sociedade vive no dia de hoje. É dignificante para nós no Paraná, assistirmos nesta, data, hoje, nesta tarde, nesta Assembléia, esta iniciativa que haverá de discutir os rumos e traçar uma nova visão daqueles que, por infortúnio, não têm as condições de mobilidade ou de outras excepcionalidades que possuem. Nos sentimos como Governo do Estado, realizados por participar desta sessão, a fim de que se discuta nestes dias, a plena realização dos excepcionais, a fim de que, inseridos no corpo social, possam se realizar plenamente dentro de suas vidas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Para falar em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Trajano Bastos; Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil, Deputado Euclides Scalco, aqui representando Sua Excelência o Senhor Governador José Richa; demais autoridade já mencionadas, Senhoras e Senhores, demais companheiros Deputados; Dirigentes de Entidades que atuam na área da excepcionalidade.

Antes de entregar às mãos do Senhor Chefe da Casa Civil, uma correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador

do Estado, nós gostaríamos de, em breves palavras, fazer uma abordagem política da questão do excepcional. (Lê):

"O EXCEPCIONAL E A POLÍTICA

No momento em que toda a Nação se engaja numa profunda reflexão política sobre seu destino, parece-me oportuno focar politicamente a questão do excepcional. Ainda mais quando o ambiente é a Assembléia Legislativa do Paraná que, acompanhando o movimento social, recupera aos poucos seu espaço e sua relevância na vida política paranaense. Esta é a forma que encontramos para retribuir às entidades que atuam na área da excepcionalidade, o prestígio que concederam a este legislativo, ao incluírem a realização desta sessão solene na programação da Semana Nacional da Criança Excepcional.

E abordar politicamente esta questão significa, a nosso ver, apontar os pontos cruciais da sua existência:

1.) dentre as determinações da excepcionalidade têm relevo as causas econômicas e sociais. A desigual distribuição da renda nacional e as injustas estruturas sociais são as causas verdadeiras da elevada incidência de deficiências de que são portadores milhões de brasileiros. Não é por outra razão que 85% dos deficientes provêm de classes sociais de menor poder aquisitivo. Em outras palavras, a fome quando não mata gera sequelas permanentes. Não são estas as únicas causas, mas sem dúvida são as mais importantes. E disso não se deve esquecer.

2.) a ação paternalista e assistencialista no tratamento da excepcionalidade é um enfoque superado e anacrônico. Hoje os profissionais e entidades que trabalham neste campo adotam uma prática consciente de educação e de habitação. Sabem dos limites de suas ações. Reconhecem que a resolução dos problemas depende de um ataque às causas, mas nem por isso abandonam a difícil linha-de-frente de trabalhar com as consequências. Mesmo porque sabem que a delimitação entre causa e consequência no campo da evolução da excepcionalidade nem sempre é muito nítida.

3.) o Estado brasileiro é, no mínimo, acanhado na sua ação no campo do excepcional. Quer no estágio de educação, reabilitação, habilitação ou integração social de pessoas portadoras de deficiência, que na valorização dos profissionais e entidades que atuam no setor, é gritante a história de omissão que há pouco tempo prevaleceu na orientação das diretrizes governamentais. Basta verificar que as estimativas apontam ser de apenas 30% os recursos públicos utilizados na manutenção das unidades de atendimento dos excepcionais. Os demais 70% são carreados diretamente da própria comunidade.

4.) O excepcional e sua família participam cada dia mais da sociedade. Já está ficando para trás o tempo em que ficava escondido do convívio social. Hoje nós assistimos a sua participação crescente, não só no campo social, mas também no político. Reinvidica seus direitos, assume compromissos, elabora legislações de seu interesse, como foi o caso do projeto de lei n.º 7875 recentemente sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador José Richa e que dispõe sobre a criação de um Conselho Estadual específico para encaminhar, no âmbito do Poder Executivo, questões relativas à Educação e ao trabalho de pessoas com deficiência. Esta é uma lei dos deficientes, proposta e discutida por suas entidades, aprovada com muita honra por esta Assembléia e sancionada com muita sensibilidade pelo Governador José Richa. E este não é um fato usual. Não é à-toa que legislações existem não só nesta área. Como em outras, praticamente em desuso em termos efetivos, e concretos da realidade social, porque na maior parte das vezes, quando ocorrem essas leis sem prática efetiva, foi porque não contou no seu processo de elaboração, no seu processo de discussão, com o compromisso concreto daqueles diretamente interessados. E os excepcionais do Paraná, através de suas entidades, representadas aqui hoje, têm demonstrado na prática, o seu paulatino envolvimento na vida política paranaense. Esteve amortecida durante anos, mas, hoje, com o retorno das liberdades democráticas avança também, paulativamente, ao avanço dos demais segmentos da sociedade. E este é um fato que tem que ser reconhecido e apoiado pois são notórias as dificuldades próprias da luta que travam.

Esta é a contribuição que julguei oportuna de se fazer aos participantes desta sessão. Longe de mim a intenção de partidizar a questão do excepcional. Politizá-la sim, pois a cada dia me convenço mais que só através da via política construiremos uma sociedade mais justa. Inclusive para os excepcionais.

Senhor Presidente, demais autoridades, a correspondência que nós gostaríamos de, através do Excelentíssimo Senhor Chefe da Casa Civil, fazer chegar às mãos do Senhor Governador, diz respeito a questões marginais, à margem, periferias, de um processo de discussão que durante meses, nesta mesma sala, representantes de entidades e pessoas excepcionais, pessoas portadoras de deficiência. Participaram da discussão daquele projeto de lei, então projeto de lei, hoje lei, prestes a ser regulamentada pelo Governo do Estado, mas de questões que foram tratadas e que nós julgamos oportuna esta ocasião para fazer, para dar prosseguimento aos seus estudos, uma vez

que, em análise prévia, depende de deliberação do Poder Executivo. O ofício é este: (Lê)

"OF. 092/84

Curitiba, 22 de agosto de 1984
Senhor Governador:

A concessão de direitos as pessoas com deficiência, por corresponder a uma complementação do desenvolvimento das normas constitucionais, busca compensar a situação de fato de carência, de incapacidade ou de menor proteção em que se encontram, de regra, os deficientes, de modo que esses direitos apareçam como instrumento de concreta e efetiva realização da igualdade social.

Em nosso Estado pode-se afirmar que existe a consciência da necessidade de concretizar medidas de apoio aos deficientes, desenvolvendo ações administrativas que traduzam o compromisso do Governo na execução do princípio constitucional e atendam àquele justo anseio social.

Na oportunidade das comemorações da Semana Nacional da Criança Excepcional, tomamos a iniciativa de sugerir a Vossa Excelência que faça proceder aos estudos necessários com vistas a implantar, também no Paraná, medidas já em prática e com respaldo legal nos Estados vizinhos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul a saber:

1.º) concessão de ajuda, em termos de salário mínimo, às famílias que possuam um filho excepcional, desde que o chefe da família perceba até dois salários mínimos como remuneração mensal;

2.º) autorização às servidoras públicas estaduais, mães de excepcionais em tratamento, com carga horária igual ou superior a 44 horas semanais, a se afastarem da repartição durante um dos turnos.

Certo de que a compreensão e sensibilidade sempre demonstradas por Vossa Excelência para com as questões sociais, como aliás muito bem comprova a recente sanção da Lei n.º 7876, são garantia de atenção e estudo.

Cordialmente

Era esta a nossa mensagem, Tenho certeza, Senhor Presidente e demais Autoridades, Senhoras e Senhores, que no Paraná, hoje, já se supera aquela visão equivocada de que o tratamento privilegiado, o tratamento desigual à questão do excepcional, significa quaisquer privilégios. É a justa retribuição que a sociedade tem que se valer, para tratar os desiguais, com igualdade.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A As-

semblêia Legislativa do Estado do Paraná agradece a presença das altas autoridades, e demais pessoas aqui presentes, e solicita da mesma comissão anteriormente designada, que acompanhe Sua Excelência, o Senhor Deputado, Euclides Scalco, Digníssimo Chefe da Casa Civil, representante de

Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, durante a sua permanência nesta Casa.

Antes de darmos por finda a presente sessão, convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o que, estará encerrada a presente sessão.

(É executado o Hino do Paraná).